



Em terreno frágil: A urgência de agir contra o carbono negro



Introduction



Está na altura da Organização Marítima Internacional (IMO) obrigar o transporte marítimo a reduzir as emissões de carbono negro no Ártico.

Com o Ártico a aquecer a níveis sem precedentes e alarmantes, comprometendo os sistemas climáticos globais, chegou o momento de agir. O degelo do Ártico tem implicações profundas nos padrões climáticos globais, nos ecossistemas e na subida do nível do mar, afetando também as comunidades indígenas e a biodiversidade da região.

Uma das principais causas do aquecimento acelerado é o carbono negro, que tem um elevado potencial de aquecimento a curto prazo. Estas pequenas partículas têm uma vida útil relativamente curta na atmosfera, em comparação com gases com efeito de estufa de longa duração como o dióxido de carbono (CO₂). Reduzir as emissões de carbono negro trará benefícios imediatos, abrandando o aquecimento no Ártico e melhorando a saúde pública.

A Organização Marítima Internacional (OMI) pode implementar uma política de grande impacto ao tornar obrigatória uma transição rápida para destilados e outros combustíveis mais limpos, com efeitos imediatos na redução do carbono negro no Ártico.

O carbono negro tem um impacto de aquecimento até 1.500 vezes superior ao do CO₂ por unidade de massa. Quando emitido no Ártico, o seu efeito é amplificado devido à perda do efeito albedo — ou seja, a capacidade de refletir a radiação solar — devido ao derretimento da neve e do gelo.

O transporte marítimo internacional é um dos grandes emissores de gases com efeito de estufa e, ao usar combustíveis derivados de resíduos (os mais poluentes entre os combustíveis usados nos transportes), é também uma das principais fontes de carbono negro.

Ações necessárias

Uma redução rápida e em grande escala das emissões de carbono negro dos navios que operam no Ártico pode ser concretizada de forma prática e célere. Para tal, é essencial tornar obrigatória a substituição dos combustíveis derivados de resíduos por destilados marítimos ou outros combustíveis mais limpos. Para responder à urgência e à dimensão do problema, esta mudança deve ser obrigatória para todos os navios que operam no Ártico, uma vez que os apelos a ações voluntárias não se mostraram eficazes.

Os estados-membros da OMI devem agir de imediato para reduzir as emissões de carbono negro no Ártico, aprovando uma alteração obrigatória à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL), exigindo que os navios utilizem combustíveis mais limpos na região.

Em 2008, a convenção MARPOL introduziu limites ao teor de enxofre nos combustíveis, o que ajudou a reduzir as emissões de dióxido de enxofre e de partículas. No entanto, não regulou o carbono negro — que é precisamente o componente dessas partículas com maior impacto climático. Já passou da hora da IMO agir nesse sentido.

Na próxima reunião do Subcomité da IMO sobre Prevenção e Resposta à Poluição (PPR13), marcada para 9 a 13 de fevereiro de 2026, é essencial avançar com esta proposta: uma transição obrigatória dos combustíveis residuais para os chamados “combustíveis polares”, como destilados mais limpos, com vista a uma decisão final do Tratado ainda em 2026.